

A INTERDISCIPLINARIDADE NA EXTENSÃO

Cilene de Lurdes Silva¹
Lucia Hugo Uczak²

RESUMO

A pesquisa tem como tema central a interdisciplinaridade que ocorre entre acadêmicos de diversos cursos em um projeto de extensão e suas contribuições para a formação acadêmica em Pedagogia. A justificativa da pesquisa se dá na importância das vivências que os projetos de extensão oferecidos pela universidade podem proporcionar, trazendo como referência a experiência no Projeto Rondon. Através de análises do currículo em pedagogia da Universidade Feevale e utilizando como base empírica a participação no Projeto Rondon que fomentou então a pesquisa a respeito das contribuições que esta participação pode contribuir para a formação acadêmica e o fato da interdisciplinaridade presente na extensão, ser pilar essencial na formação acadêmica. O objetivo da pesquisa então é, analisar a formação em Pedagogia a partir das aproximações e distanciamentos advindos da participação em um projeto de extensão pela Universidade Feevale. A relação da pesquisa com o tema Interdisciplinaridade se dá através do fato de que na participação do projeto Rondon, foram selecionados oito alunos dos cursos de Biologia, Educação Física, Enfermagem, Direito, História, Pedagogia e Quiropraxia e estes precisaram atuar juntos em diversas oficinas em uma cidade de vulnerabilidade social no interior de Minas Gerais.

Palavras-chave: Educação não-escolar. Formação. Extensão; . Rondon. Pedagogia não-escolar.

1 INTRODUÇÃO

Durante algum tempo pensei que gostaria de ser professora para ser diferente das que vemos nas escolas estagnadas na profissão, sem alguma pretensão de melhora no futuro da educação. Durante o magistério precisei ficar hospitalizada e para acompanhar os estudos tive apoio de pedagogas que atuavam dentro do hospital para evitar que crianças e adolescentes perdessem o ano escolar. Naquele momento vi como eu seria a professora diferente das convencionais estagnadas nas escolas, eu seria a professora fora da escola. Durante a graduação

¹ E-mail: cilene.sl@gmail.com.

² E-mail: lucia.hugo@feevale.br.

busquei estudos e espaços diferenciados para atuação do profissional em pedagogia, certa de que, a sala de aula não era meu desejo. Quando vi a oportunidade de atuar no Projeto Rondon pela Universidade Feevale, busquei conhecer mais este projeto e essa atuação e durante minha participação neste projeto vi o rumo da minha vida profissional mudar novamente, mas dessa vez definitivo e para melhor. Encontrei minha aspiração na área social. Quando voltei do projeto vi minha que minha postura e pensamentos haviam mudado, meu modo de ver e sentir as coisas estavam mais apurados e comecei a me questionar sobre as mudanças que ocorrera em mim a partir desta atuação no projeto de extensão, o quanto um projeto de extensão pode contribuir para a minha formação em Pedagogia e como a interdisciplinaridade que ocorre na atuação dos Rondonistas pode ser de grande valor para acadêmicos de diversos cursos que precisam atuar juntos com o mesmo objetivo. Então, realizei uma pesquisa sobre a trajetória do Curso de Pedagogia no Brasil a fim de encontrar em suas diretrizes os espaços de atuação previstos por lei para o profissional em Pedagogia. Pesquisei sobre o Curso de Pedagogia na Universidade Feevale, para compreender qual profissional a Universidade pretende formar. Também busquei a história do Projeto Rondon, e então apresento a Operação Catopê a qual a Universidade Feevale teve a oportunidade de participar pela primeira vez no ano de dois mil e catorze. Depois destas apresentações, eu trago um breve relato da Operação Catopê a qual a Universidade Feevale se fez presente, relacionando as vivências com a formação acadêmica em Pedagogia. Ao fim são apresentadas então, as conclusões que trazem brevemente o significado desta pesquisa para a pesquisadora.

2 TRAJETÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL

O Curso de Pedagogia no Brasil foi regulamentado pela primeira vez em 4 de abril de 1939, pelo Decreto – Lei nº 1.190/1939, a segunda o Parecer CFE nº 251/61 e o Parecer CFE nº 252/69. A primeira regulamentação, o Decreto – Lei nº 1.190/1939 determinava que o curso ficava definido como um espaço para formação de técnicos de educação. Na época, visando a dupla função de formar bacharéis e licenciados, sendo que a duração do curso para bacharéis era de 3 anos e depois disso, adicionando-se um ano de Didática, formar-se-iam os licenciados, este esquema ficou

conhecido como “3+1”. De acordo com Silva (1999), a prescrição deste currículo foi considerada inadequada, pois representava a tensão da expectativa do exercício das funções do bacharel e a tensão do caráter generalista em relação às disciplinas que foram fixadas e sua formação.

Os problemas encontrados e enfrentados por estes profissionais eram muitos, então surgiu a segunda regulamentação do Curso de Pedagogia, a partir do Parecer CFE nº 251/62 no ano de 1962. Neste Parecer, foram regulamentadas algumas modificações no currículo, visando amenizar os problemas existentes, porém estas alterações mantiveram intactos os problemas fundamentais. Através de leituras de críticos sobre o tema, pode-se observar que, este Parecer não identificava exatamente a qual profissional se referia, ele tratava do assunto de modo geral quando estabelecia que o Curso de Pedagogia fosse destinado à formação do técnico em educação e do professor de disciplinas do curso normal, através do bacharelado e licenciatura. Por conta desta falta de identidade, em 1967, no Congresso Estadual de Estudantes foi apresentada uma proposta de reformulação deste currículo e em 1968 então, foi aprovada a Lei da Reforma Universitária nº 5.540, de 1968 esta lei ofertava ao Curso de Pedagogia as seguintes habilitações: Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Educacional, bem como especialidades que se faziam necessárias para o desenvolvimento nacional e particularidades do mercado de trabalho. O campo de trabalho do bacharel e do licenciado era muito confuso, o currículo ainda era muito impreciso e, diante dessa indefinição do Curso de Pedagogia foi criada a terceira regulamentação básica a partir do Parecer CFE nº 252/69. Neste Parecer ficava claro quanto aos profissionais a que se referia e deixava fixado o mínimo de currículo e a duração do curso de graduação, dirigindo à formação de professores para o ensino normal e especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção nos âmbitos de escolas e sistemas escolares, designando conjuntos de atividades para os graduados. Este Parecer “abole a distinção entre bacharelado e licenciatura, mas mantém a formação de especialistas nas várias habilitações”. (LIBÂNEO, 2005 p. 46).

De acordo com Silva, 1999 e Pimenta, 2006, com esta reformulação, foram criadas habilitações para a formação de cada profissional específico para cada conjunto de atividades, fragmentando assim a formação do pedagogo. Pimenta (2006, p. 17) coloca que “Embora algumas análises apontem para a impropriedade de formar, nesta época, técnicos de educação para um

campo de trabalho inexistente, talvez o que teria faltado era a regulamentação de profissão de pedagogo.”. A partir desta regulamentação, o Curso de Pedagogia passou a possuir as seguintes habilitações: Ensino da Disciplina e Atividades Práticas dos Cursos Normais, Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar, sendo que as últimas três poderiam ser oferecidas tanto no curso de curta duração quanto o de duração plena, assim, no primeiro caso, formaria os profissionais para atuarem em escolas de 1º grau (como denominado da época) e no segundo caso, profissionais para atuarem em escolas de 1º e 2º graus. Porém mesmo depois das alterações realizadas, a questão básica de identidade quanto ao Curso de Pedagogia ainda não estava resolvida, como a variedade de profissionais a serem formados pelo curso.

Hoje, a partir do Parecer nº 5/2005 a proposta curricular apresenta grande diversificação, como uma gama de habilitações para além da docência no Magistério e para as funções de especialista. Desta forma, foram ampliadas as disciplinas e atividades curriculares dirigidas à crianças de zero a cinco e de seis a dez anos. Desta forma a estrutura curricular contempla educação de jovens e adultos, educação infantil, educação na cidade e no campo, educação dos povos indígenas, educação nos remanescentes de quilombos, educação de relações étnico-raciais, inclusão escolar e social de pessoas com necessidades educacionais especiais, educação de crianças de rua, educação à distância, novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação, atividades educativas em instituições não-escolares, comunitárias e populares. (BRASIL, 2005 p. 4). Portanto, o Parecer nº 5/2005 extingue todas as habilitações, mas amplia a atuação do pedagogo, ampliando também as disciplinas que contemplam estas áreas de atuação. As universidades devem, então, oportunizar aos seus alunos o conhecimento da ampla área de atuação que o Curso de Pedagogia oferece e prepará-los para tais com projetos, saídas de campo, palestras, etc. Através da análise do trajeto do Curso de Pedagogia, pude perceber que o curso atua com três pilares básicos: ensino, pesquisa e extensão e que a área da educação não escolar é contemplada no currículo. Depois desta análise, fui pesquisar no Curso de Pedagogia da Universidade Feevale os possíveis espaços de atuação para compreender qual profissional a universidade prevê formar e quais os espaços de atuação dos mesmos.

2 O CURSO DE PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE FEEVALE

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Feevale, no currículo do ano de 2008 aos qual a pesquisadora era acadêmica, ficam esclarecidos nos objetivos geral e específicos que universidade almeja formar com este currículo, licenciados em Pedagogia para atuar na docência da educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental que também sejam capazes de participar da organização, planejamento, e na gestão da escola, tendo a pesquisa e a inclusão como princípios norteadores. Também esclarece nos objetivos específicos que espera promover a formação de profissionais docentes aptos a atuarem em espaços escolares e não-escolares que sejam engajados com o processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, diferentes níveis e modalidades do processo educativo.

O currículo em questão atende ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas na Resolução CNE nº 1/2006, de 15 de maio de 2006, e nos Pareceres CNE/CP nº 05/2005, de 13 de dezembro de 2005, e CNE/CP nº 03/2006, de 21 de fevereiro de 2006, também se encontra em consenso com o previsto no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no Regime e no Plano de Desenvolvimento Institucional da Feevale. O currículo foi reformulado de acordo com as Diretrizes Curriculares em que os cursos superiores adquiriram uma estrutura flexível para poder responder com mais aptidão e agilidade às transformações científicas e tecnológicas. A universidade incentiva o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que considerem como essencial a indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão.

Através da participação em Projetos de Extensão, a universidade oportuniza aos acadêmicos e professores a possibilidade de contextualizar, concretizar e globalizar os saberes construídos, compreendendo que estes saberes, quando compartilhados possibilitam uma compreensão mais ampliada da prática. A Universidade está sempre em busca de novas oportunidades viabilizando a extensão com alunos graduandos através de inscrições em novos projetos. Em 2014, a Feevale inscreveu um projeto de atuação para o Projeto Rondon e foi selecionada para o período de Julho/2014, e então deveria selecionar uma equipe e atuar em um município de vulnerabilidade

social, no interior de Minas Gerais, através da Operação que se denominou Catopê, que será descrita no capítulo seguinte.

3 PROJETO RONDON

O Projeto Rondon é uma ação do governo federal, atualmente considerado um dos maiores projetos sociais, educativos e geopolíticos do país, que permite que universitários de diversos cursos possam qualificar seus saberes acadêmicos e conhecer a realidade do Brasil ainda podendo realizar ações em benefício das comunidades de todas as regiões brasileiras que os recebem. Segundo o autor Barreto (2008) o primeiro esboço deste projeto social surgiu no ano de 1966, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, durante a realização de um trabalho de sociologia cujo título era: “O Militar e a Sociedade Brasileira”, a ideia inicial era levar jovens universitários a conhecer a realidade do país, além de proporcionar aos estudantes a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. O nome do projeto foi inspirado na figura de um importante estudante bandeirante do século XX e pioneiro da integração nacional, o grande humanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

O Projeto se concretizou em 11 de julho de 1967 quando trinta universitários voluntários e o professor Omir Fontoura, partiram do Rio de Janeiro para o território de Rondônia a bordo da aeronave C-47, cedida pelo Ministério do Interior. Esta operação foi denominada como Operação-Zero, a primeira ação que tinha como objetivo levar estudantes a ter contato com o interior da Amazônia e trabalharem em benefício das comunidades daquela região. Esta equipe permaneceu nesta área durante 28 dias, realizando trabalhos de levantamento, pesquisa e assistência médica.

No ano de 1989, o Projeto foi extinto através da Medida Provisória nº 28/89 de 15 de janeiro de 1989. Mais tarde esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 7.732/89 de 14 de fevereiro de 1989 que dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações políticas federais e também outras providências. O Projeto reinicia em 2003 quando nasce uma nova proposta, encaminhada ao Exmo. Senhor Presidente da República em novembro, sugerindo a reativação do mesmo. Em 19 de janeiro de 2005 é relançado o Projeto Rondon, com a ideia-força de: “Desenvolvimento para Todos” em Tabatinga (AM). No ano de 2006, foi assinado um Acordo de

Cooperação entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação. O Projeto hoje é coordenado pelo Ministério da Defesa e tem a participação dos Ministérios de Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte, da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Saúde, além da Secretaria-Geral da Presidência da República, possuindo também, o indispensável apoio às operações.

Os quartéis da Marinha e do Exército contribuem nas ações realizadas e militares acompanham as equipes para certificar-se de cuidados de alimentação, vestuário, saúde e condições climáticas. Para município que não possuem linhas aéreas regulares e aqueles de difícil acesso, a Força Aérea Brasileira (FAB) realiza este transporte até os municípios. O Projeto traz consigo grandes benefícios aos municípios atendidos, porque propõe a oportunidade de receber professores e alunos de diversas áreas do conhecimento que estão impulsionados a contribuir com as lideranças locais e a trabalhar para a melhoria das condições de vida e bem-estar da população, bem como a qualidade e a eficiência da gestão municipal. Para alcançar este objetivo, as ações do Projeto se dividem em dois conjuntos:

- Conjunto A – Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde;
- Conjunto B – Comunicação, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente e Trabalho.

Para serem contemplados com o Projeto Rondon, os municípios recebem a visita de representantes do Ministério da Defesa, que informa à prefeitura se há condições de participação na operação e já informa as lideranças locais a respeito das ações que serão propostas às universidades. Em seguida, é divulgado o convite para as IES's (Instituições de Ensino Superior) para que elas elaborem e enviem um projeto de trabalho para atuar em algum ou vários dos municípios divulgados. Após esta etapa, o Projeto Rondon seleciona as IES's que participarão da Operação. A partir daí as universidades começam seu processo de seleção e a capacitação dos mesmos. Na etapa final, os rondonistas selecionados chegam aos seus municípios e juntamente com a prefeitura e com os líderes locais, desenvolvem os trabalhos e as ações selecionadas pelos seus professores-coordenadores.

A Universidade Feevale participou pela primeira vez do Projeto Rondon em julho de 2014, em uma operação denominada Catopê, que aconteceu no interior de Minas Gerais, uma cidade chamada Japonvar, conforme será relatado no capítulo a seguir com maiores informações.

4 OPERAÇÃO CATOPÊ E OS MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS

A Operação Catopê foi realizada em treze municípios que estão inseridos no Polígono das Secas. É um território reconhecido pela legislação como sujeitos a períodos críticos de longas estiagens, este território compreende os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e os extremos nortes de Minas Gerais. Os treze municípios envolvidos na operação estão divididos em 4 microrregiões sendo oito destes municípios pertencentes a microrregião de Montes Claros, quatro da microrregião Januária e um de Pirapora. Estas microrregiões em sua maioria, não possuem condições de domicílio, industrialização, urbanização e infraestrutura de saúde adequadas. Vivem com baixos níveis de renda, padrões impróprios de moradia, saneamento, o que revela a precariedade que está associada à vida da população dessas microrregiões.

Os municípios possuem entre 6.400 e 59.000 habitantes, sendo que na cidade de Japonvar, cidade em que a Feevale atuou, a população é de 8.298 habitantes, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,608 e há cinco estabelecimentos de saúde. Os valores médios de renda da região são de R\$ 207,01 na área rural e R\$ 275,90 na área urbana. Em alguns municípios a base da economia é a pecuária extensiva, extrativismo vegetal, agricultura de subsistência e pesca artesanal. A região tem graves problemas relacionados ao trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Conforme dados do IBGE referentes ao nome da cidade, a cidade em que foi desenvolvido o Projeto, Japonvar, antes dessa nomenclatura, era chamada de Cacete Armado, devido a imprudência e impaciência dos moradores, por volta de 1975, o nome Japonvar foi criado por um religioso, devido a afluência das rodovias que ligam Januária, São José da Ponte e Varzelândia.

A cidade de Japonvar foi a contemplada pelo grupo da Universidade Feevale que era constituído por oito alunos além do grupo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e dois

professores de cada universidade. No grupo da UFU haviam alunos dos cursos de Direito, Educação Física, Teatro, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Medicina e Geografia. Este grupo era responsável pelas oficinas do grupo B – Comunicação, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente e Trabalho. O grupo da Universidade Feevale haviam alunos dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Pedagogia, Biologia, História, Direito e Quiropraxia, que era responsável pelas oficinas do grupo A – Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde.

5 RELAÇÃO DAS APRENDIZAGENS COM A FORMAÇÃO ACADÊMICA

A Universidade Feevale proporciona aos seus alunos a participação em diferentes espaços e projetos de extensão de pesquisa e ensino. Em 2014 recebi a proposta de atuar no Projeto Rondon, este que mudou o curso da minha vida profissional. Recebi a proposta com o edital por e-mail referente ao Projeto Rondon, senti o desejo de participar e fiz a inscrição. O processo de seleção chegou ao final e eu fui selecionada junto com meus 7 colegas para atuar na Operação Catopê. Conforme dados do Diário de Campo (DC 2014), a viagem começou no dia vinte de julho, o primeiro destino era o quartel em Montes Claros para um jantar de abertura do Projeto. No dia seguinte, aconteceu a abertura oficial do Projeto, com todos os rondonistas de todas as treze cidades contempladas. Após a abertura, nos dirigimos à cidade onde atuaríamos.

Chegando na cidade de Japonvar, fomos avisados de que precisaríamos nos apresentar aos moradores do município e os líderes locais, no auditório haviam aproximadamente quinze pessoas esperando para conhecer o povo de amarelo que havia chegado na cidade. Vou trazer alguns fatos mais marcantes que me levaram a realização da seguinte pesquisa.

No primeiro dia, durante a divulgação das oficinas nas escolas, nos direcionamos até a escola de ensino médio da cidade, lá havia mais turmas, divulgamos nas salas o Projeto, as oficinas e também os cursos que estávamos estudando, ninguém conhecia a quiropraxia, tendo em vista que existem pouquíssimas universidades que oferecem este curso.

Chamou-me a atenção o fato de que os alunos no ensino médio, em sua grande maioria não tinham pretensão de futuro, ao menos sabiam o que era o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desconheciam Pró Uni e não sabiam que havia uma Universidade em Montes Claros

(cidade próxima). Cada vez que falávamos dessas estas informações, podíamos ver os olhos dos alunos brilharem e sentirem que há esperança, que existem possibilidades. Inclusive professores não sabiam da ampla área de atuação de alguns profissionais como a Pedagogia. Ao final de cada dia realizávamos a avaliação da atuação diária, nossa avaliação foi de suma importância para o sucesso do projeto, podíamos pensar em estratégias para atender melhor e de maneira mais dinâmica. Freire (2011, p. 40) fala da reflexão sobre a prática, “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” Pensamos que, iríamos revezar as pessoas das oficinas mais vezes, caso alguém precisasse se ausentar, os colegas conseguiriam atender igualmente. À noite, fizemos novas modificações no cronograma de acordo com a necessidade. No dia seguinte, eu e o Thalles fomos realizar visitas domiciliares, essa experiência foi comovente, era uma cidade pequena, com pessoas tão simples, tão simpáticas e tão carentes. Cada momento que passávamos com eles parecia ser uma eternidade de atenção que eles jamais esqueceriam. Fomos extremamente bem recebidos em todos os lares, em cada local em que parávamos, além da admiração por sermos do sul, os moradores demonstravam respeito e entusiasmo com nossa presença. Nas casas, perguntávamos o número e idade dos moradores da residência, o que eles pensavam a respeito da saúde, educação, trabalho, segurança e administração do município.

Após as visitas todos os dados eram lançados em uma planilha que ao final da operação seria entregue aos líderes locais. Naquele dia, aquelas três horas, talvez nem tenha chegado a tanto, mas aquele tempo que ficamos conhecendo as famílias e mantendo contato direto com as residências, foi suficiente para que eu mudasse minha visão de vida, de mundo e de política. Lembro-me da família mais marcante que conhecemos, quem nos atendeu foi a mãe, havia mais cinco crianças, todas pequenas, com idades entre dois e sete anos, além do pai que estava trabalhando. Aquela família era sustentada pelo programa do governo federal, o Bolsa-Família, eles tinham uma renda fixa de R\$ 150,00 mensais do programa. A cidade pequena não oportunizava um emprego efetivo para o pai que trabalhava esporadicamente quando surgiam oportunidades para ajudar no sustento da casa. A mãe nos contou das dificuldades que passava com as crianças, quanto

à higiene, alimentação, vestuário, tudo era um desafio na vida deles. Eles não viviam, eles sobreviviam. Era dia após dia em busca do sustento, e a única renda fixa que eles podiam contar advinha de um programa do governo federal, programa este que, conforme boato local, acabaria caso o partido do poder no momento não se reelegesse. Aquele dia foi o primeiro em que eu chorei pensando na vida que aquelas pessoas levavam, como viviam e ao mesmo tempo, como eram pessoas boas, carinhosas, atenciosas. Eles tinham tão pouco e ao mesmo tempo, tinham tanto. Tinham tanto amor e carinho para oferecer. Refleti muito, já estava com saudades de casa, mas estava com um sentimento tão bom de estar no lugar certo, fazendo o que sempre quis, oferecendo suporte àquelas pessoas, da maneira que podia, fazendo pouco, porém oferecendo o que tinha no momento. No decorrer do Curso de Pedagogia, lembro de ter ouvido das professoras muitas e muitas vezes de como é importante conhecer a realidade dos alunos aos quais estamos atuando, ouvir as crianças, nos colocarmos no lugar deles. Naquele dia eu avalei minha jornada como professora até aquele momento. Lembrei-me de Freire (2011, p. 30) que traz:

[...] pensar certo coloca o professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária [...]

Sempre pensei que dentro da sala de aula eu conseguia conhecer a realidade dos alunos, conhecê-los de verdade, mas depois daquela manhã, tudo que eu já havia feito não parecia o suficiente, comecei a lembrar de todos os “alunos problemas” que eu já tive, e como eu solucionava a situação, comecei a pensar em quantos daqueles “alunos problemas” talvez vivessem na mesma situação daquela família que eu conheci naquela cidade no interior de Minas Gerais. Refleti também a respeito de todas as discussões sobre políticas e projetos governamentais que participei e que muitas vezes até me posicionei erroneamente porque até o momento não havia visto o real benefício. Em Japonvar eu vi e ouvi pessoas que sobrevivem apenas com a renda de um projeto do governo, eles têm a real necessidade, não trabalham porque não tem oportunidade, embora busquem a cada dia. Talvez eu tivesse passado despercebida por várias famílias assim já, as quais eu tive a oportunidade de fazer mais e melhor e não fiz, não por falta de vontade, mas na época a partir das apropriações que eu tinha, eu tomava as atitudes corretas, porém analisando

hoje, percebo o quanto já penso diferente e, proporcionalmente agiria diferente. Hoje, eu entendo o que minhas professoras queriam dizer quando falavam em conhecer a realidade de cada aluno. Aquelas visitas domiciliares oportunizaram a maior ressignificação de conhecimento que eu já havia construído durante toda a minha jornada acadêmica. Tardif (2012, p. 11) menciona muito bem a cerca do que refleti durante aquela tarde:

[...] o saber não é um coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber *deles* e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc.

Hoje as aprendizagens tem um sentido muito maior. Além de ler, aprender e interagir sobre a prática docente, ela hoje tem um sentido na pele, uma marca que ninguém tira, a maior experiência.

Na segunda-feira, aconteceu a primeira etapa da oficina de Elaboração de Projetos Sociais, para ministrar esta oficina tive a ajuda do meu colega Juliano, que me auxiliou na apresentação do tema e realização das atividades. Neste primeiro momento, apresentamos aos participantes a ideia de projeto social, a estrutura, a escrita e algumas formas de arrecadação de verba. Conversamos um pouco a respeito de possíveis projetos para o município, os participantes foram divididos em grupos e cada grupo elaborou um esboço de projeto. As pessoas estavam verdadeiramente empolgadas com a ideia de elaborar projetos sociais em benefício do município, pude perceber que a realidade daquelas pessoas não é como muitos pensam que não procuram maneiras de melhorar a qualidade de vida por preguiça, falta de vontade ou comodismo, pude perceber que o que lhes falta é informação, que parece tão simples para nós, mas para eles é raridade, muitos não sabiam nem da possibilidade da própria comunidade elaborar um projeto e ganhar fundos para melhoria da realidade em que viviam. Mais uma vez me vi, colocando em prática de verdade, as aprendizagens do Curso de Pedagogia que mais me foram úteis naquele momento, conhecer a realidade dos alunos, e a minha responsabilidade enquanto educadora. Naquela oficina eu me vi atuando conforme Nóvoa (1999, p. 18) maravilhosamente descreve a respeito da atuação dos professores:

Os professores são os protagonistas no terreno da grande operação histórica da escolarização, assumindo a tarefa de promover o valor *educação*: ao fazê-lo, criam as condições para a valorização das suas funções e, portanto, para a melhoria do seu estatuto socioprofissional.

Estávamos lá, sendo protagonistas da escolarização, promovendo saberes e mostrando meios de melhoria da qualidade de vida daquela comunidade. Compreendendo a dificuldade de cada um e respeitando a bagagem de conhecimentos que cada um tinha, sendo ela maior ou menor do que pensávamos, percebi que aquela vivência a cada dia que passava me trazia um crescimento acadêmico maior, me mostrando na prática tudo que eu havia aprendido dentro da Universidade Feevale.

Já na quarta-feira, trinta de julho, houve a segunda parte da oficina de Elaboração de Projetos Sociais, a oficina seria destinada à elaboração inicial do projeto social de cada grupo, os participantes foram informados das etapas e estrutura do projeto e naquela tarde colocaram em prática, desde a justificativa até o orçamento médio para começar o projeto. Foi interessante o fato de que, na cidade há um projeto social, que foi criado por residentes do município e que conseguiam ajuda de custo até o ano vigente e a partir daquele ano começariam a busca de verba para que o projeto pudesse se sustentar por si próprio. O nome do projeto é Projeto Resgatando a Cidadania (PRAC), a proposta inicial era de conscientização da violência e trabalho infantil, eles têm todo o suporte de assistência social, psicologia e pedagogia. O PRAC tem o principal objetivo de criação de vínculos afetivos dentro entre as famílias e diminuição da defasagem escolar, além de atividades de contra turno como, informática, capoeira, música e reforço escolar.

Naquela noite no auditório da cidade, haveria à noite a oficina de Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e Fundamentos da Educação Inclusiva – Conviver com a adversidade: uma experiência possível. Seria uma oficina voltada para profissionais da educação. Eu esperei por este dia desde que começamos o projeto, seria nela em que eu investiria o máximo de minhas aprendizagens com o transcorrer do Curso de Pedagogia, lá eu apresentaria tudo que havia ficado das disciplinas cursadas, todas que traziam a educação inclusiva e a legislação para tal, estava muito empolgada. Eram muitos professores, totalizaram sessenta e dois professores de acordo com registro do DC (2014) todos

querendo um cantinho para ouvir sobre o que sabiam que existia, mas não sabiam como funcionava, a inclusão. Chegando na parte tão esperada dos Fundamentos da Educação Inclusiva, eu compartilhei com aqueles profissionais o meu conhecimento, citei exemplos e interagi com eles. Foi maravilhoso, todos olhando atentos, como crianças quando estão fazendo novas descobertas, aquela noite foi a mais significativa em questão de troca de aprendizagens pra mim. Depois que eu acabei de falar, abri espaço para perguntas, eram muitas e o mais interessante era que eu sabia responder a todas, estava muito bem preparada pelo Curso de Pedagogia, pelas aulas de minhas professoras que souberam explicar tão bem que eu conseguia com clareza informar sobre tudo o que conhecia.

Depois de ouvir as dificuldades de cada um, relatei pra eles como funciona a inclusão escolar no município de São Leopoldo, falei do Núcleo de Apoio e Pesquisa ao Processo de Inclusão (NAPPI). Este núcleo recebe os alunos com necessidades educacionais especiais, recebe também as famílias e faz todo o trabalho de inclusão da família e do aluno na escola regular, faz também o acompanhamento adequado com todos os profissionais necessários. O NAPPI também providencia, quando necessário, um professor de apoio para acompanhar os alunos em sala, juntamente com o professor titular da turma. Sugeri aos profissionais que se juntassem com os gestores e levassem a ideia de criação de núcleo para atender melhor estes alunos, de acordo com os professores, “a demanda de alunos que necessitam de acompanhamento é grande e os profissionais não se sentem preparados para atuar com estes alunos”. (DC, 2014).

No dia anterior a nossa saída do município, sábado, dois de agosto, realizamos o mutirão da saúde na praça principal e durante a tarde organizamos nossos pertencentes para ir embora, aquela tarde foi triste para as crianças, elas foram até a nossa casa e ficaram lá, parecia que queriam aproveitar ao máximo nossa presença, recebi várias cartinhas para levar de presente. Refletindo sobre nossa prática naquela cidade e a afetividade construída com aquelas pessoas, Freire (2011, p. 43) traz:

Às vezes, mas se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à assunção do educando por si mesmo.

Eu estava com muitas saudades de casa, da família, amigos e dos meus animais de estimação, chegava a doer no peito, mas ao mesmo tempo estava muito entristecida pelo fato de que tudo que fez parte da minha decisão de rumo profissional eu estava deixando para trás, todas aquelas pessoas que foram tocadas de alguma maneira por mim, e que me acompanharam na construção da pessoa que eu sou hoje, ficariam lá no interior de Minas Gerais e não haveria mais contato. A minha experiência como rondonistas foi muito maior do que um certificado de projeto de extensão foi a minha mudança de vida, mudança de modo de ver o mundo e as pessoas. Foi um divisor de águas na minha vida, pois não acresceu apenas em experiência, modificou postura, ampliou a visão, o cuidado e a ética.

Hoje, eu posso relacionar todas as aprendizagens referentes ao Curso de Pedagogia onde quer que eu esteja não precisando necessariamente estar dentro de uma sala de aula de uma escola convencional. Posso ver as relações em conhecer a realidade das pessoas, entender o sentimento real de cada um, respeitar seus conhecimentos prévios, encontrar estratégias de lidar com adversidades advindas de qualquer pessoa, hoje eu consigo fazer isso porque tive a maior sala de aula que existe para praticar o que aprendi, tive um município inteiro para colocar em prática a cada dia tudo que me foi ensinado.

O Curso de Pedagogia e o PPC de Pedagogia da Universidade Feevale além de pensar na formação acadêmica voltada para vários âmbitos, dá subsídios e oportunidade de atuação para tais. Portanto, posso dizer hoje, que a participação no Projeto Rondon foi a maior contribuição para minha formação enquanto acadêmica, mesmo com todas as práticas e estágios já realizados, foi lá, naquela cidade no interior de Minas Gerais que eu senti o significado real de todas as aprendizagens, hoje sou uma pessoa, profissional e acadêmica muito melhor, mais competente, responsável e ética.

6 CONCLUSÕES FINAIS

Pesquisa é a busca por respostas a questões que fazemos dia após dia para as pessoas, ou para nós mesmos. Como conclusão desta pesquisa fica a certeza de que embora parecesse que a

resposta já estava nas entrelinhas, percebi no decorrer da trajetória que a maior resposta veio junto com o desenrolar da pesquisa.

Esta pesquisa teve como objetivo delinear as contribuições que a participação em um projeto de extensão pode trazer para a formação em Pedagogia. Particpei do Projeto Rondon através da Universidade Feevale e embora eu tenha vivido e sentido este projeto, foi na pesquisa que ele fez mais sentido enquanto projeto. Analisando agora, eu consigo perceber que eu não estava me doando, nem ajudando aquela comunidade, estávamos em momentos de troca equivalente. Quanto mais eu me empenhava nas atividades lá realizadas, mais eu aprendia e sentia meus saberes ganhando um significado muito maior. Foi uma experiência muito mais do que acadêmica, foi minha mudança de vida, de pessoa e de profissional. Percebo hoje, o quanto a interdisciplinaridade existente neste projeto é rica para os participantes, eram 8 acadêmicos, sendo 7 cursos diferentes, todos pensando, planejando e atuando juntos, com suas diferenças e pensamentos dispares com um objetivo em comum, o mesmo objetivo para todo o projeto mesmo com ações diferenciadas. E essa interdisciplinaridade trouxe um crescimento imensurável, um aprendizado significativo.

A referida pesquisa alcançou seus objetivos e foi capaz de responder às questões que a norteavam. Fica o reconhecimento, que o projeto oportunizou a reflexão sobre questões que nunca haviam me atingido anteriormente e de compreender situações que nunca havia visto.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Luiz Henrique Moura. **Projeto Rondon**: planejamento, opiniões e motivações: janeiro e fevereiro de 2007. Salvador: Ed. Do Autor, 2008.

BRASIL. **Lei nº 7.732**, de 14 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7732.htm.> Acesso em: 15 set. 2015.

BRASIL. **Medida Provisória nº 28**, de 15 de janeiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/1989/028.htm.> Acesso em: 15 set. 2015.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.

NÓVOA, António. (Org). **Profissão Professor**. Portugal: Ed. Porto Editora, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia e Pedagogos**: caminhos e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/cultura/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>.> Acesso em: 08 jun. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2008.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade.** Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1999.

SILVA, Naura Syria Ferreira Corrêa da. **Supervisão Educacional: uma reflexão crítica.** – 10. ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 14. ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2012.

UNIVERSIDADE FEEVALE. **Curso de Pedagogia.** Projeto Pedagógico do Curso. Novo Hamburgo, 2008. Doc. Impresso.